

4. RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O REGIMENTO DE CAVALARIA Nº 6 E CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA – VIGILÂNCIA DOS ESPAÇOS FLORESTAIS DE PEDRALVA, SOBREPOSTA, UF DE ESTE, BOM JESUS DO MONTE, SAMEIRO, FALPERRA, SANTA MARTA DAS CORTIÇAS E MORREIRA:

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a decisão do Sr. Presidente tomada em 29 de agosto do corrente ano, relativa ao protocolo de colaboração celebrado entre o **Regimento de Cavalaria nº 6 e Câmara Municipal de Braga**, que tem por objetivo regular o apoio a prestar pelo RC6 à Câmara Municipal de Braga, enquanto elemento da Proteção Civil, na vigilância terrestre móvel do espaço florestal compreendido entre Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira.

PROPOSTA

Ratificação de Protocolo de Colaboração

Tendo em conta o forte calor de verão que este ano nos assolou, situação que provocou uma grande quantidade de incêndios na área geográfica do Município de Braga, e porque situação idêntica, no que ao calor diz respeito, pode verificar-se em anos seguintes, e no âmbito da necessidade imperiosa de preservação da natureza, do património e fundamentalmente de pessoas e seus bens, e num estreito entendimento entre o Regimento de Cavalaria nº 6 e a Câmara Municipal de Braga, entendeu-se, por bem, celebrar um Protocolo de Colaboração entre estas entidades, para a vigilância dos espaços florestais de Pedralva, Sobreposta, U.F. de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira, entre outros.

Porque se trata de assunto de muito urgente resolução procedeu-se à elaboração e assinatura, em 15 de Julho de 2016, do referido protocolo, sou a propor, agora, a ratificação do mesmo por parte do Executivo Municipal de Braga.

Braga, 29 de agosto de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga


/ Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio /

Protocolo de Colaboração entre o Regimento de Cavalaria Nº 6 e a Câmara Municipal de Braga, para a vigilância dos espaços florestais de Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira

1. Preâmbulo

A **defesa da floresta** é uma causa tão nobre e imprescindível à existência humana, que pressupõe a intervenção de todos os cidadãos e instituições públicas com as suas potencialidades e meios, tendo em vista a integridade e preservação do meio ambiente.

A **Lei de Bases da Proteção Civil** caracteriza as Forças Armadas como Agente de Proteção Civil e prevê que estas centrem uma parte da sua atividade na consecução de tarefas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006 que aprova o **Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI)**, vem regular uma melhor otimização e eficiência na Prevenção, na Vigilância e na Detecção dos Incêndios Florestais, e contempla que *“as Forças Armadas, nos termos da lei, colaboram no sistema de vigilância e sensibilização, desempenhando ações de patrulhamento e vigilância”*, impondo uma articulação de esforços entre todos os intervenientes.

A área florestal compreendida entre **Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira**, indubitavelmente é o espaço florestal do concelho de Braga que maior importância apresenta em termos florestais, paisagísticos, culturais, religiosos, turísticos e sobretudo ambientais, e cuja proteção e preservação é considerada uma imperativa prioridade em termos de defesa da floresta contra incêndios. A comprovar a importância desta área florestal, foi recentemente entregue uma candidatura na Comissão Nacional da Unesco, com vista a que o conjunto arquitetónico e paisagístico do Bom Jesus do Monte, que integra uma igreja, um escadório onde se desenvolve a Via-Sacra, um Funicular e um espaço florestal com 55 hectares, passe a elevar-se a **“Património Mundial da Humanidade”**.

A celebração do presente Protocolo tem como objetivo assegurar o **aumento da vigilância florestal** deste ex-libris ambiental, durante a **Fase Bravo** e a **Fase Charlie** do Dispositivo de Combate a Incêndios Florestais, isto é, de 15 de maio a 15 de setembro, tendencialmente por ser este período em que o índice de risco espacial de incêndio florestal é maior, por forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de incêndio, colaborando o Exército, ao abrigo das disposições legais em vigor, com a Câmara Municipal de Braga, na defesa da floresta e, consequentemente, na manutenção das condições de vida das populações locais.

2. Identificação das partes

Entre:

1. O **Regimento de Cavalaria Nº 6 (RC 6)**, como primeiro outorgante, representado neste acto pelo Comandante do Regimento de Cavalaria Nº 6, Coronel de Cavalaria, António Manuel de Almeida Domingues Varregoso;

e

2. A **Câmara Municipal de Braga (CMB)**, sediada na Praça Municipal, em Braga, como segundo outorgante, representada neste ato pelo Dr. Firmino Marques, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, com poderes para outorgar o presente Protocolo;

é celebrado o presente Protocolo de Colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte Dispositiva

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Protocolo tem por objetivo regular o apoio a prestar pelo RC 6 à CMB, enquanto elemento da Proteção Civil, na **vigilância terrestre móvel do espaço florestal** compreendido entre Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira, nomeadamente na área definida pelas freguesias de Pedralva, Sobreposta, Espinho, União das freguesias de Nogueiró e Tenões, parte da União das freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede), União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, Esporões e parte da União das freguesias de Morreira e Trandeiras, como ação de prevenção contra incêndios, e concomitantemente na defesa da floresta e na manutenção das condições de vida das populações locais.

2. Entende-se por ações de vigilância terrestre móvel o ato ou efeito de observar atentamente sobre um determinado ponto ou área a partir de um mesmo ponto e/ou conjunto de pontos (circuito) dentro de uma área delimitada, compreendendo igualmente ações de patrulhamento, com vista a proceder à deteção de incêndios florestais, em complemento da rede de vigilância fixa, protagonizada pelos Postos de Vigia existentes.

3. A vigilância é efetuada com prioridade na área definida, devendo a equipa nomeada variar a rotina de circulação.

Cláusula 2.ª

Obrigações do Regimento de Cavalaria nº 6

O Regimento de Cavalaria nº 6, no âmbito do presente Protocolo, compromete-se a efetuar as seguintes atividades:

- a. Disponibilizar diariamente uma viatura e respetiva guarnição para realizar os patrulhamentos de vigilância num determinado período do dia, de acordo com o calendário a programar e apoiado em percursos a definir, num máximo 60 km cada.
- b. Disponibilizar os meios materiais necessários à observação e à navegação no terreno, como sejam os binóculos, as bússolas e as cartas topográficas.
- c. Assegurar o fornecimento da alimentação aos militares empenhados nas ações de vigilância.
- d. Informar o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Braga no início e no fim da execução de cada ação de patrulhamento de vigilância.
- e. Manter permanentemente informadas as entidades responsáveis, nomeadamente o CDOS/Braga, a GNR e a CMB, comunicando-lhes, de imediato, qualquer ocorrência digna de registo.

Cláusula 3.ª

Obrigações da Câmara Municipal de Braga

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito do presente Protocolo, compromete-se a:

- a. Suportar os encargos com combustível (ou assegurar o seu fornecimento) necessário às operações de vigilância e aos deslocamentos de pessoal e material entre o RC 6 e os espaços florestais visados.
- b. Suportar os encargos com a reparação das avarias nas viaturas empenhadas, diretamente decorrentes das ações de patrulhamento de vigilância, como sejam o rebentamento de pneus ou espelhos partidos, entre outras.



- c. Disponibilizar os contactos úteis e necessários que possam ser utilizados pelas equipas de vigilância para o esclarecimento de questões ou situações que surjam no âmbito das respetivas ações de vigilância.
- d. Disponibilizar às Equipas de Vigilância, se necessário, equipamentos portáteis de comunicação via rádio, em complemento dos que possuí, com vista a facilitar e garantir em permanência as comunicações de ocorrências de relevo ou de emergência.

Cláusula 4.ª

Obrigações comuns dos Outorgantes

Impende aos outorgantes uma obrigação de informação mútua sobre tudo aquilo que possa ser relevante para a boa e harmoniosa execução do presente Protocolo, bem como atuar diligentemente na prossecução dos seus fins.

Cláusula 5.ª

Encargos Financeiros

Antes do início das ações de vigilância aqui descritas, cada um dos outorgantes desenvolverá os mecanismos legais correspondentes, com vista a obter a cabimentação das despesas resultantes para cada uma das partes deste Protocolo, sendo definido entre ambas as partes o modo financeiro a realizar quanto ao suporte dos encargos assumidos.

Cláusula 6.ª

Resolução

1. O incumprimento, por qualquer um dos outorgantes, de uma das obrigações assumidas ao abrigo do presente Protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo.
2. Em caso de resolução, serão devidos os montantes em dívida à data da sua resolução, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização pelas ações não realizadas.
3. O RC 6 reserva-se ao direito de suspender temporariamente as atividades de vigilância, sem qualquer aviso prévio, caso surjam situações inesperadas de incapacidade de resposta, face à limitação de meios humanos ou materiais disponíveis e às solicitações operacionais efetuadas pelo Comando do Exército.

Cláusula 7.ª

Prazo de Vigência

1. Este Protocolo produz efeitos a partir da data de assinatura e vigora até 15 de setembro de 2016, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. O desenvolvimento destas ações de vigilância decorrerá anualmente no período de 15 de maio a 15 de setembro, sendo definidos entre as partes, os dias exatos de início e do fim.
3. A antecipação e/ou prorrogação do período das ações previstas no presente Protocolo, bem como as ações em períodos temporais específicos fora do seu prazo de vigência, poderá ocorrer

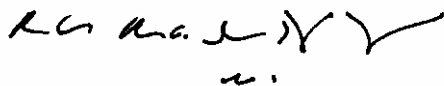
por Acordo entre ambas as partes, que se constituirá como Adenda a este Protocolo, devendo ser fundamentada pelo 2.º outorgante e comunicada ao 1.º outorgante com uma antecedência mínima de cinco dias úteis.

4. Finda cada época de fogos florestais, deverá ser realizada pelas partes uma avaliação do decurso das ações de vigilância, no sentido de aferir o resultado obtido e a metodologia a aplicar nas ações futuras.
5. Este Protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação escrita à contraparte, com a antecedência de 60 dias.

O presente Protocolo é feito em triplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar, sendo o terceiro exemplar enviado pelo primeiro outorgante ao Gabinete de Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior do Exército.

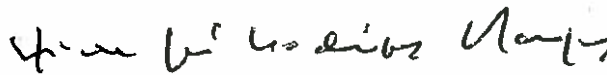
Assim o outorgaram, em Braga, aos 15 de julho de 2016

O 1º Outorgante:



António Manuel de Almeida Domingues Varregoso
Coronel de Cavalaria,

O 2º Outorgante:



Dr. Firmino Marques,
Vice-Presidente da Câmara Municipal,